

ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORGANIZAÇÃO

A Estrutura Científica e o Caráter Técnico da Organização do Trabalho

JOSÉ EIRAS PINHEIRO

Ao escolhermos um ponto do programa da Cadeira de Organização do Trabalho — Prática Profissional do Curso de Arquitetura da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil para constituir o objeto de nossa tese à Docência-Livre, preferimos a conceituação da Organização do Trabalho no quadro geral da especulação humana, focalizando um assunto de grande interesse teórico na órbita da Filosofia Social.

Investigar se a Organização do Trabalho é uma ciência, uma arte ou uma técnica revela propósito acentuado de dirimir questão controversa e debatida, na atualidade, em quase todos os tratados e compêndios sobre a matéria.

Certo de concorrermos dessa forma para um esclarecimento possível das correntes que se debatem na conceituação de tão importante atividade intelectual é que procuramos demonstrar a proposição de que a Organização do Trabalho é uma disciplina de sólida estrutura científica e perfeita caracterização tecnológica.

“Ciência não é simples regra de ação, convenção arbitrária do espírito ou concepção abstrata da razão. É, pelo contrário, um conjunto de princípios e leis verificáveis, na prática, pela experiência ou pela experimentação.” — Nogueira de Paula.

“A abstração pode revestir duas formas, que são exatamente equivalentes. Na

primeira, considera-se o ser abstrato possuindo apenas as qualidades que se quer estudar; na segunda, consideram-se diretamente essas propriedades separadas das outras.” — Vilfredo Pareto.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

DESDE os primórdios da civilização, sente o homem necessidade imperiosa de organizar-se. É um imperativo da própria condição humana, decorrente da preservação do indivíduo. A história jamais omitiu, ao assinalar as grandes convulsões da humanidade, esse “leit-motiv”, perpetuando-se, assim, o esforço para assegurar a subsistência humana, quer nas revoluções, quer nas guerras de conquista e notadamente nas fases de ordem pacífica.

No entanto, o homem tem confiado demais na prodigalidade da Natureza e na agudez de seu gênio inventivo, esquecendo-se, por vezes, do imperativo da organização do trabalho, a fim de que esse lhe possa, realmente, satisfazer as suas múltiplas e variadas necessidades.

Temos de reconhecer, portanto, que é remota a preocupação humana para a solução do problema da organização do trabalho, sem que todavia concordemos com a afirmação de Anderson, que se pronunciou com este exagero: “Embora o problema de organizar seja tão antigo quanto as montanhas, ainda não está resolvido”. (1) Anderson ao acentuar quanto é remoto o problema da organização estabeleceu uma forma que, além de exagerada, é passível de crítica. Esqueceu-se

(1) E. H. ANDERSON e G. T. SCHWENNING — *Organização Científica da Produção* — Tradução brasileira de Olímpio Carr Ribeiro e G. M. Carr Ribeiro — São Paulo, 1945. Editora Atlas S.A. — 1 vol. in 8.º de 311 pgs. — pág. 13.

êle de que as montanhas, de acôrdo com as teorias cosmogônicas, antecederam a civilização. E sendo a organização um problema implícito da própria civilização, não poderia nunca ter aparecido antes dela. Além do mais, o pronunciamento de Anderson é um tanto infiel diante do inegável progresso da humanidade, fato êste incontestável à luz da ciência e da história.

A produção de utilidades destinadas à satisfação das necessidades humanas não é uma obra unicamente individualista.

Ela caracteriza-se, sobretudo, pela atividade coletiva, na exploração dos bens da Natureza, pela organização do Trabalho, e com o auxílio do Capital em mãos do Empresário ou do Estado.

Os elementos da produção despendem conorrentemente matéria e energia com a realização do ato produtivo, e, por isso, nada mais natural que se processasse, desde os primórdios, a compensação relativa a cada um dêles.

Nasceu, dessa forma, o conceito de remuneração ou de compensação, a princípio individualizado, em relação a cada um daqueles elementos, os quais se reduzem, na prática, a duas formas apenas: o salário e o juro. Tais conceitos de remuneração ou compensações, devidos à Natureza, ao Estado, e até mesmo ao Empresário, em certas circunstâncias, eram teóricos, não encontrando o homem para concretizá-los senão os elementos práticos: — o juro e o salário.

O conceito de lucro, no domínio prático, quer como salário categorizado, quer como juro do capital, quer como risco, permanece fiel à sua concepção inicial. O homem com a tendência materialista de converter tudo ao que é concreto e prático, concentrou demasiado sua ação, favorecendo, mais do que nunca, o Capitalismo. Essa tendência tomou tal desenvolvimento, que chegou a provocar o rompimento do tradicional equilíbrio entre a vida ativa e a vida contemplativa. Tentou o homem restabelecê-lo, mas as condições vigentes no meio já não mais lhe forneciam os recursos para tal empreendimento. O próprio trabalho humano, se até então possuía algum sentido de organização, concorreu, pela sua complexidade crescente, para êsse acentuado desnível. A ponto de se ver o homem impossibilitado de restabelecer o equilíbrio. Não podendo retroceder ao trabalho em seu estado inicial e simples, o homem não teve outro recurso para fazer face a essa tendência ao Capitalismo, senão às constantes majorações de salário; e se o trabalho humano não conseguira situar-se em sua verdadeira posição na Idade Média, muito menos conseguira no princípio da Idade Moderna, quando ainda lhe era característica a falta de organização, assentada em base capaz de assegurar um alto teor de eficiência. Aqui nos vale de testemunho uma das belas e conceituadas lições de Alceu Amoroso Lima. "Trata-se de entrar na Idade Nova. Não se trata de refazer caminhos já feitos. O terreno em que pisamos é movediço. São diferentes as condições e as perspectivas. Por mais

imutáveis que sejam os princípios, varia de muito sua aplicação. E' indispensável formular os princípios de modo claro e rigoroso, pois um dos dados característicos de nosso tempo, é o primado da prática-sôbre a teoria, com o desdém do abstrato pelo concreto. Como se fôsse possível caminhar no plano da prática sem conhecer previamente para onde vamos e como vamos regular a nossa marcha. Só os loucos podem viver despreocupadamente, no desprezo pelas leis e pelos princípios". (2) Poderia o homem ver na estrutura estatal a solução dêsse desequilíbrio, dêsse conflito entre o salário e o juro; e porque não dizer entre o Capital e o Trabalho, se fôra atribuído ao próprio Estado única e exclusivamente o poder fiscalizador das leis que atendessem aos contendores, criando uma atmosfera indispensável ao respeito recíproco e à harmonia. Não serão atitudes, ora extremadas, ora indiferentes do Estado, que irão assegurar ao homem de uma vez por tôdas o indispensável equilíbrio, capaz de dirimir a controvertida questão social. No cenário atual do mundo, mais uma vez acentuam-se as ameaças de convulsão na questão social, caracterizada pela disputa de dois elementos produtivos: — Trabalho e Capital. Entretanto, conforme já verificamos, o desequilíbrio não se processou somente pela dualidade dos conceitos. A divergência entre o Capital e o Trabalho constitui, sem dúvida, um dos magnos problemas sociais, cuja origem é por demais complexa, envolvendo fatores das mais diversas categorias.

Uma das causas invocadas é a da existência das máquinas.

O homem em sua atividade produtora passou a ser considerado como elemento acessório da máquina, quando a princípio a máquina era acessório do homem. Esqueceu-se o homem de si mesmo, confiando-se nos desígnios da Mecânica Aplicada e desinteressando-se da organização do seu trabalho. A êsse respeito, é oportuno recordar a preciosa e abalizada opinião de Léon Walther: "Mas, enquanto se leva, assim, ao extremo a preparação técnica da matéria-prima e da utilização das máquinas, a organização do trabalho tem ficado entregue a si mesma". (3) E tal estado será duradouro, enquanto o homem não se convencer de que a posição tanto teórica, como prática do Estado, é neutra ou inútil como elemento produtor. Êle, quando muito, poderá ser elemento de segurança e de ordem na atividade produtiva. Cumpre ao próprio homem dar ao seu tra-

(2) ALCEU AMOROSO LIMA — *Obras Completas de Alceu Amoroso Lima* — 3.^a Parte: Problemas Sociais, Tomo 20: O Problema do Trabalho (Ensaio de filosofia econômica) — Rio de Janeiro, 1947 — Editora AGIR S.A. — 1 vol. in 8.^o de 287 págs., pág. 121.

(3) LÉON WALTHER — *Tecno-Psicologia do Trabalho Industrial* — Tradução brasileira do Prof. Lourenço Filho — São Paulo, 1929. Companhia Melhoramentos de São Paulo — 1 vol. in 8.^o de 205 págs. — pág. 11.

balho a verdadeira posição de relêvo que merece, organizando-o cientificamente. Enquanto isto não se der, teremos de concordar com o pensamento de Sheldon: "Sobre êsse assunto de organização, existe provavelmente maior confusão de pensamento do que em qualquer outro aspecto de gerência". (4)

E' necessário que a humanidade se convença da importância do seu trabalho, sem jamais confiar cegamente nas maquinarias, cujo obsoleto se verifica, em face de suas próprias necessidades futuras. Quando isto se compreender, terá a humanidade despertado e tomado conhecimento da realidade presente, fazendo paradigma de sua ação renovadora a sábia e ponderada asseveração de Alceu Amoroso Lima: "E' em torno do trabalho que giram os destinos das sociedades contemporâneas, do extremo-oriental ao extremo-ocidental, em todos os continentes, e sob todos os regimes políticos". (5) E, não mais peregrinando e sim palmilhando por terreno seguro, poderá a humanidade, no futuro, redimir-se de seus enganos no passado e constatar, na história, aquilo que até hoje não quis ver, o que é verdade inelutável e indiscutível: "O trabalho é uma força social de todos os tempos. Mas só hoje começa a assumir um papel decisivo na coordenação de tôdas as funções sociais", — como o afirma o autor citado. (6)

E essa inegável e benéfica influência só começará a existir com a organização do trabalho, estruturando-o cientificamente para o estabelecimento num sentido essencialmente técnico. Isso, porque o homem só é verdadeiramente útil à Humanidade quando realiza ou especula, através da ciência, da arte ou da técnica. Em qualquer forma ou norma de especulação mental, embora sempre objetivo, deverá êle buscar ser sempre inflexível, sem jamais ceder a tendências de dogmatismo ideológico. Se isto não se processar assim, perdurará por muitos séculos ainda o pensamento de Thomas R. Jones: "O presente estado da ciência de organizar é que não existe ciência. Cada homem que tenta organizar o faz quase inteiramente sobre a base de sua própria experiência, e de suas próprias idéias, com resultados que estão longe de ser uniformes ou ideais". (7)

E a Organização do Trabalho será ciência, arte ou método?

Para alguns autores é uma ciência; para outros, uma arte, e, finalmente, muitos a consideram uma técnica ou conjunto de métodos.

Dentro desta triangulação, não só se situa o nosso problema, como também o antagonismo das

opiniões reinantes. E com relação às divergências, dentro da própria Organização do Trabalho, não teremos dúvidas em afirmar com Anderson: "Todavia muito dêsse material é ainda confuso e contraditório, o que indica que a organização, como ciência, ainda está em fase de formação". (8) Sobra-nos palmilhar por um caminho certo, que não é outro senão o da especulação mental à luz da Lógica Formal ou Experimental, sem desprezo às normas da conduta humana. Isso, levando-se em conta ser o homem um ente eminentemente social, vinculado ao próprio meio e subordinado a uma condição básica, que o caracteriza: sua conduta.

Assim, pode o homem formar seus pensamentos e transformá-los em conhecimentos, subordinando-os ao próprio meio, através das normas de conduta. Em outras palavras, a especulação mental, processada através da análise, da síntese, da indução ou dedução, vem sempre sujeita às normas ou processos peculiares a cada um desses métodos revelando, porém, um certo conteúdo da expressão ambiente. No estudo de "A Estrutura Científica e o Caráter Técnico da Organização do Trabalho", procuraremos, subordinando o nosso espírito ao categórico dessa afirmação, apresentar nosso modo de interpretar um dos problemas mais relevantes para a prosperidade da humanidade, nesta fase de sua História.

CAPÍTULO II

O CONHECIMENTO EMPÍRICO

O homem, desde sua origem, teve, acêrca das coisas, interesse em conhecê-las, resultante dos primeiros contatos graças à própria observação.

A sensibilidade, acompanha-o, desde as eras mais longínquas transmitindo-lhe o conhecimento das coisas e seres do Universo, o qual, sem ser profundo, outorga-lhe uma superioridade em relação aos outros seres vivos. E, mesmo, nesta primeira análise do conhecimento, jamais teria o homem conseguido o seu mecanismo preciso e excepcional de raciocinar, se a materialidade dos seus sentidos não tivesse apreendido e fixado em seu espírito as sensações provocadas pela Natureza singela e, até certo ponto, impenetrável. Ela jamais fez alarde de seus segredos e de sua estrutura, desprezando pelo seu próprio indiferentismo, aquêle, a quem estaria confiada a missão de desvendá-la e dominá-la. Entretanto, se o homem tem em seu destino alguma finalidade, nada mais a justifica do que seu anseio de domínio do mundo e, se possível, até das partes irredutíveis do Universo. Essa tendência indiscutível para o conhecimento, na realização de seus fins mais elevados, tem sido orientada por diferentes rumos que sempre se propõem encaminhá-lo ao verdadeiro conhecimento de si mesmo e do mundo. No

(4) OLIVER SHELDON — *The Philosophy of Management* apud E. H. Anderson e G. T. Schwenning — Obra citada, pág. 13.

(5) ALCEU AMOROSO LIMA — Obra citada, pág. 27.

(6) ALCEU AMOROSO LIMA — Obra citada, pág. 30.

(7) THOMAS R. JONES — *Theories and Types of Organization* apud E. H. Anderson e G. T. Schwenning — Obra citada — pág. 14.

(8) E. H. ANDERSON e G. T. SHWENNING — Obra citada, pág. 14.

transcendentalismo do estudo e interpretação das origens e das causas primeiras do Universo, afluem inúmeras escolas filosóficas, com o intuito precípuo de esclarecer a vida do homem. A filosofia teológica fundamenta sua argumentação, acêrca da origem das causas e do próprio homem, na explicação sobrenatural, atribuindo ao Criador o grande planejamento e execução do Universo. Em tais circunstâncias, a origem do homem é de natureza divina e sobrenatural, e o conhecimento é uma graça da própria divindade.

Para transplantar-se o homem ao domínio da realidade objetiva, substituindo parcialmente a concepção do sobrenatural, teve de passar, então, à criação de abstrações até mesmo personificadas, do modo mais convincente e imediato de substituição da divindade. Era, em relação a si mesmo que êle via algo imponderável e imaterial, presidindo o fenômeno de seus órgãos, aparelhos e sentidos, enfim de toda a sua contextura orgânica, presidida pelo que denominava de alma. Em relação ao seu ambiente, via algo também de abstrato que presidia o comportamento do meio, de suas ações, da comunidade, ao que denominava de Natureza. Neste anseio, vem justamente ao encontro do homem outra escola filosófica, propondo-se explicar tudo, através de outras abstrações, o advento da escola filosófica metafísica.

Contudo, embora transplantando-se ao sobrenatural de seu próprio meio, não saciou, nesta fonte, sua sede. Enveredou-se para uma identificação mais estreita consigo mesmo, resolvendo penetrar no âmago da matéria através da síntese objetiva, ou do Materialismo. Caminhou, mais ainda, para um absolutismo, de caráter material. Tudo no Universo em relação ao homem e às coisas, resultaria de uma matéria unigênita ou seja da molécula indivisível. Contudo, persistia esta escola filosófica no erro do absolutismo, já infundido pelas escolas passadas, circunstância esta que fez com que o homem também, por aí, não estacionasse. Prova evidente de tal transição é a conclusão de Robinet, acêrca do Materialismo: "em seu conjunto, o Materialismo propõe, pois, com dados em parte positivos e em parte utópicos, uma explicação metafísica do mundo e do homem. Para se convencer disto basta lembrar a idéia que êle dá da matéria, que proclama como outros o fazem com a divindade: "Sem limites no espaço como no tempo, infinita e eterna. Alegação absolutamente inverificável e que só tem critério na imaginação daqueles que a sustentam". (9) Mais uma vez estaria o homem acorrentado ao absolutismo, se bem que já em seu próprio meio e domínio. Não poderia, porém, relegar o homem seus conhecimentos à semelhante estagnação, o que, fatalmente, não só colidiria com suas inclinações, como também atrofiaria sua própria razão.

Passaria o homem a viver de conjecturas arbitrárias em meio do que a própria visão lhe apresentava de maneira diferente.

Estêve, assim, o homem preocupado com as causas sem jamais se preocupar com o modo, daquilo que lhe fôsse dado à observação, quando surge, então, o Positivismo, a filosofia das ciências, empenhada na especulação do pensamento humano, através dos dois processos imediatos ao esclarecimento da razão humana superior: a observação e a experimentação. Nesta altura, liberta-se o homem dos absolutismos teológico, metafísico e materialista. A própria condição do absolutismo implicava no conhecimento vago e impreciso das atividades mentais do homem. A Filosofia Positiva é condensada e exteriorizada, como diz Robinet: "O positivismo ou a filosofia das ciências, pelo contrário, só especula sobre materiais acumulados pela observação e sobre fatos ensaiados pela experimentação; afasta necessariamente as conjecturas arbitrárias, todas as hipóteses não verificadas sobre a origem e o fim das coisas, sobre as causas primárias e finais, sobre a essência dos seres, sobre a redutibilidade ilimitada dos fenômenos e dos corpos, sobre a transformação das forças e a transmutação das espécies. Procura o "como" e não o "porque", o estado real dos corpos, suas propriedades constantes, as relações espontâneas dos fenômenos, as leis naturais de suas reações recíprocas. Enfim, na interpretação do "grande todo", êle estabelece a unidade, não em relação à sua natureza própria, que não há em parte alguma, mas, no entendimento humano, fazendo a classificação das propriedades, e em seguida dos seres que as manifestam, em relação à Humanidade. É uma coordenação abstrata concebida sob o ponto de vista do Homem ou do "sujeito" e não sob o do mundo ou do "objeto". (10)

Em relação ao conhecimento vulgar, êle não só se manifestou através da cronologia fornecida pela história, como ainda constitui aspecto do momento, sempre que se apresenta ao homem uma faceta do mundo até então desconhecido. Mesmo, quando empírico na atualidade, êle já passou pelos dois dos três estados, resumidos na primeira lei sociológica de A. Comte, ou denominada lei dos três estados: "Todas as concepções humanas passaram por três estados: teológico ou fictício, metafísico ou abstrato, e científico ou positivo". (11) Nos dois primeiros estados, como no terceiro, assistem-lhes os elementos receptores das primeiras exterioridades. A princípio, a própria filosofia negara tal estado de coisas, chegando a proclamar que os conhecimentos humanos eram oriundos de idéias inatas no próprio homem. A estrutura desta escola filosófica jamais poderia persistir através dos tempos, porquanto foram as próprias necessidades e vicissitudes humanas as alertadoras do estado estático do homem. E, mesmo, dentro do espírito daquela escola, contentar-se-ia

(9) ROBINET — *Filosofia Positiva* — Tradução brasileira de Belisário Vieira Ramos — Rio de Janeiro, 1934. Editora Atlântida — 1 vol. in 16 de XX, 186 págs. — Pág. 26.

(10) ROBINET — Obra citada, págs. 26 e 27.

(11) ROBINET — Obra citada, pag. X.

o homem à visão dos panoramas, conforme acen-tua Robinet: "Na multiplicidade infinita dos objetos que lhe oferece o mundo, o homem não vê de relance se não o conjunto "todos" os indivíduos produzindo atos simples". (12) Se o homem se detivesse na convicção das idéias inatas, o que há séculos era impenetrável à humanidade, ainda persistiria nos tempos hodiernos. A indivisibilidade do átomo seria uma sentença eterna, que findaria e se renovaria com as gerações. A coexistência de fenômenos diferentes na matéria ainda constituiria um sacrilégio científico e a Físico-Química possivelmente uma heresia. A idéia inata nunca poderia ser a causa da conduta humana, nas suas relações com o meio físico, sob pena da atrofia de todos os elementos, que o elevam à posição incomparável na escala zoológica. E tanto assim que a êste respeito os próprios filósofos empiristas confessavam: "Nada está no intelecto, sem que tenha passado pelos órgãos dos sentidos". (13)

A sensação humana está sempre condicionada a um limiar, cuja efetivação depende da intensidade da excitação produtora.

Em caso contrário passaria o homem a ignorar a existência dos microrganismos pelo fato da ausência de um limiar da sensação visual, ainda mesmo ampliado em face dos recursos científicos. Nunca poderia o homem ser aquinhado com o conhecimento relativo a certos assuntos a propósito de seres microscópicos e, em grande parte, perderia a situação de racional. O estímulo não passaria de um diletantismo do mundo exterior para com o homem, a consciência nada encontraria para justificar a sua existência e, fatalmente, seria substituída pelo instinto. Desceria o homem do mais alto degrau da escala zoológica para se igualar com o resto dos seres inferiores, numa promiscuidade de instintos e hábitos ao compasso do automatismo.

Por paradoxal, ou absurdo, que pareça, em semelhante situação esteve o conhecimento empírico do trabalho durante muitos séculos.

Na antiguidade, era a própria sociedade que o tratava como algo repugnante, estabelecendo, como imposição habitual a uma classe desprotegida e relegada do convívio social, a dos escravos, a obrigação, e só a eles, de trabalhar. Se bem que implicasse a compreensão de ser o trabalho emanência da própria condição humana, tarde foi que se conceituou como um estado natural. A escravidão jamais foi um estado natural, embora assim fôsse considerada, quando os povos primitivos, mais civilizados, deixaram-se empolgar pelas guerras, ambições e riquezas. Por outro lado, já na Idade Média surgia uma evolução social no conceito do trabalho, instituindo-se uma restrição à escravidão, pois a limitava a certas e determina-

das classes: — a dos servos. A servidão já era uma forma de trabalho, em que se dava alguma acentuação do princípio de autonomia. O senhor de escravos já rompia as algemas que subjugavam o homem e que o colocavam a sua mercê, tal como se tratasse de animais irracionais.

Entretanto, a economia preestabelecida fatalmente sucumbiria se os elos se rompessem abruptamente, porque o homem dentro de sua própria tendência individualista, nos cuidados de sua subsistência, iria procurar um clímax diferente daquele em que estivera até então. Era necessário, então que, na Idade Média, aparecesse a forma da servidão do trabalho, sem, contudo, suprimir-se o senhor, por isto que o escravo, ou servo, era parte integrante da economia reinante.

A evolução dos costumes leva depois o senhor, dono de terras, a celebrar com o homem, já liberto, um pacto, mas ainda com um vínculo acentuado e forte: — a terra. Deixara de ser senhor, ou proprietário de homens para o ser de terras. Contudo, o contato mais direto do homem com a terra, açodou-lhe, bem mais de perto, a condição, primordial do trabalho: — a liberdade, cuja extensão e alcance é algo incomensurável quanto à própria capacidade produtiva do solo. Não fôra o aparecimento da máquina que produziu uma ação catalítica no trabalho humano, na Idade Moderna, transformando-o de domiciliar da Idade Média, em artesanato, certamente não se teria transformado em mercadoria, e, quiçá, não se haveria atingido o regime do assalariado. Dessa forma estaríamos mais avançados em relação ao próprio conhecimento científico do trabalho, se não tivéssemos inicialmente a escravidão. A esta circunstância aliou-se o advento da máquina, que corroborou grandemente, por extenso período, no adiamento do problema científico do trabalho. Êstes fatores, por muito tempo, desinteressaram o homem de se conhecer a si mesmo, numa de suas mais belas e convincentes exteriorizações. E, mesmo que na atualidade existisse uma Ciência da Organização do Trabalho, teríamos de fazer restrições quanto ao conhecimento empírico de seus fenômenos que importassem, no conjunto, em enunciados de princípios e leis atuais. E' que a escravidão, a servidão, e a própria máquina não só retardaram a percepção daqueles fenômenos à cogitação humana, como lhe adulteraram a própria sensibilidade. A observação, quer através da experiência, ou da experimentação, teria pressentido o fenômeno, em sua fase empírica, em condições bem diferentes daquelas existentes nos meios normais e naturais. E, justamente, pelos verdadeiros conhecimentos empíricos serem de pouca monta, quanto ao tempo, tudo nos leva a afirmar que eles ainda persistem com grande intensidade, necessitando a Organização do Trabalho passá-los do campo empírico para o científico. E aqui, mais do que nunca, faz-se sentir o conceito de Kurt Grau, acerca do conhecimento empírico; "Históricamente considerado o conhecimento vulgar, não científico ou prático, é anterior ao científico e é, ao mesmo tempo, a base

(12) ROBINET — Obra citada, pág. 38.

(13) JOÃO DE SOUSA FERRAZ — *Psicologia Humana* — São Paulo, 1945. Livraria Acadêmica — 1 vol. in 16 de 343 págs. — Pág. 165.

sobre a qual aquêle se desenvolveu com lentas e características modificações" (14) A inibição sensorial aos fenômenos sociais não somente se particularizou no trabalho. Em relação ao próprio Direito, tal se fez sentir, oscilando por longo tempo o pêndulo da justeza e da exatidão do juízo humano, em função de uma frequência preestabelecida pelos hábitos e costumes. Atingido o Direito por esta inércia, fatalmente também estaria o trabalho, porquanto apesar dêste, filosoficamente, não representar a nossa vida, é sem dúvida um aspecto dela. Poderíamos tornar êste conceito mais explícito, exalçando as belas considerações de Alceu Amoroso Lima, acêrca do assunto: "O trabalho existe naturalmente para a vida. Esta é o seu termo natural. Sua medida. Não é o trabalho que mede a vida. Esta é que mede aquêle, gradua-lhe a atividade, justifica a sua razão de ser e traça-lhe as finalidades imediatas ou remotas. A vida é, pois, o fundamento do trabalho. O homem trabalha porque vive. A vida é a condição do seu trabalho. A vida é o fundamento do seu trabalho. E' para viver, para viver melhor, com mais abundância, com mais riqueza e com mais beleza, com mais virtude, de modo mais perfeito, enfim, que o homem trabalha. Logo o trabalho é um meio e não um fim". (15)

Após tão justas e fundamentadas considerações não nos para mais dúvida acêrca da estagnação sensorial do conhecimento empírico do trabalho. E, se assim não fôsse, estaria renegada a própria conceituação do direito natural, dentro do direito costumeiro, e isso por ser a vida o direito mais rudimentar que acompanha o homem.

Sintetiza muito bem a conceituação do conhecimento do trabalho, através dêste terreno, a doutra consideração de Joaquim Pimenta: "Já por tradicional e arraigada influência do direito romano, já, sobretudo, pelo espírito exageradamente individualista dos teóricos do direito natural dos séculos XVII e XVIII, legítimos ascendentes dos legisladores da Revolução Francesa, e do Código Civil Napoleônico, atingira a culminância de um dogma de filosofia social, o princípio de que, com a proclamação da liberdade do indivíduo, liberdade religiosa, política, econômica, profissional, tornar-se-ia êle mesmo, como único senhor de sua vontade, árbitro e soberano do seu destino. Industrial, comerciante, operário, teria em relação a outrem, iguais prerrogativas, iguais direitos, por intrínsecos a sua eminente categoria e dignidade de cidadão; podendo, por isso mesmo, dispensar toda cooperação, todo auxílio em dispor dos seus interesses, dos seus bens, sôlidamente escudados na lei, igual para todos... Essa concepção de uma soberania do indivíduo, servindo de apoio à soberania do Estado (criação de uma fictícia vontade

geral — soma de vontades individuais), soberania pela liberdade de culto, de voto, de indústria, de comércio, de profissão, ainda refletia, nos domínios do trabalho um sentimento de profunda e sistemática hostilidade às antigas corporações de ofício, já em franco declínio quando a Revolução definitivamente as suprimiu". (16)

O Direito evoluiu no sentido de libertar-se dos hábitos e dos costumes, como uma contingência determinada pelas próprias necessidades sociais. Desprezou a forma empírica, enveredando para o campo da investigação racional. O empirismo, gerando os hábitos em matéria de Direito, era uma condição, que somente servia à particularização, deixando o homem completamente desorientado, quando tinha de se defrontar com a generalização. Foi o próprio meio social, dentro da sua complexidade crescente, que o impeliu à fixação de normas que atendessem tão somente aos imperativos da ordem e da harmonia, expressões que, por si, não somente justificam, como encerram a generalização.

Em relação ao trabalho, também integrado no meio social, teria passado pelos mesmos estádios com a mesma intensidade, caso não fôsse obstado pela intransigência do próprio meio, que gerou, por longo período, o desprezo à sua consideração. A existência do trabalho, sob certas e determinadas condições, já era, por si mesma, um fator habitual na sociedade. E isto, em muito, concorreu para que o homem, por largo tempo, jamais o tomasse em consideração, para um exame racional, em toda a plenitude. Poderia, quando muito, existir a vaga percepção do problema, num grau ínfimo, assim mesmo cerceada pela própria imposição social. Para o conhecimento empírico dos fenômenos do trabalho, tal estado, poderia, quando muito, ser necessário, mas nunca suficiente. E' o próprio Enrique Mouchet, que nos aponta semelhante lacuna: "Quando pensamos que o cérebro é órgão que recebe tôdas as estimulações internas e externas, que elabora com elas todos os estados de consciência, — ora, claros — como as sensações e as percepções conscientes; — ora, escuros — como muitos estados afetivos não podemos deixar de reconhecer que êle também, como as demais de nossa economia animal, é um órgão extremamente sensível". (17) Se o homem, ao analisar a natureza em seus múltiplos aspectos, contasse somente com o auxílio dos sentidos, certamente, em muitas ocasiões, teria seu órgão sensorial máximo, — o cérebro, sujeito a sensações e percepções confusas, oriundas, na maioria das vezes, dos próprios estados afetivos. Os seus pensamentos poderiam originar concepções de ordens mais variadas possíveis, sem, contudo, constituírem criações, bastando que, para tal, convenha-

(14) KURT JOACHIM GRAU — *Lógica* — Rio de Janeiro, 1935. Editora Atenas — 1 vol. in 16 de 190 págs. — pág. 139.

(15) ALCEU AMOROSO LIMA — Obra citada, página 40.

(16) JOAQUIM PIMENTA — *Sociologia Jurídica do Trabalho* — Rio de Janeiro, 1946. Editora Nacional de Direito Ltda. — 1 vol. in 8.º 264 págs. — págs. 13 e 14.

(17) ENRIQUE MOUCHET — *El sentimiento de la vida y la percepción de la realidad exterior* — apud João de Sousa Ferraz — Obra cit., pág. 169.

mos com Dewey: "O pensamento exprime uma convicção, com certa base real, sem que se aprofunde no exame de seus fundamentos. São juízos precipitados e podem não corresponder à realidade. Derivam da tradição, da instrução, da imitação, da imposição social, e os assimilamos inconscientemente. Admitimos sem provas". (18) Disto ocorre-nos, "a priori", que o pensamento humano, se traz uma concepção de ordem científica, artística ou técnica, não pode ser transmitido tal qual foi assimilado, porquanto, decorrente da instrução, ou da imitação, da tradição, e até mesmo da observação, poderá estar sujeito a erros, desde que os antecedentes estejam enquadrados nas mesmas situações. Então, deverá presidir ao pensamento algo que lhe dê uma característica de solidez e consciência, apresentando-o ao mundo exterior em sua fulgurância inovadora. Ainda, com o próprio Dewey, aprendemos este novo aspecto: "O pensamento é uma investigação consciente da Natureza, das condições e das bases das crenças, desde que haja uma reflexão". (19) Nestas circunstâncias, Dewey denomina-o de pensamento reflexivo, definindo-o de uma maneira mais positiva e convincente: "O pensamento reflexivo faz um ativo, prolongado e cuidadoso exame de toda crença ou espécie hipotética de conhecimento, exame efetuado à luz dos argumentos que as apoiam e das conclusões a que as mesmas chegam". (20) O homem, ao atingir o conhecimento empírico, relativamente às coisas do mundo físico, jamais poderia ficar adstrito a uma simples observação, ainda que a considerasse dentro do aspecto mais positivo, no domínio da reflexão. Estaria sempre sujeito aos impulsos de sua própria afetividade, que, fatalmente, o conduziria a deturpações. Tornava-se imprescindível que algo o assistisse e agisse num sentido norteador, procurando subordinar a observação à sua razão, dentro de uma ambiência de imparcialidade. Mas esta poderia nunca ser fruto do homem e nem do fato observado, porquanto ambos seriam sempre parciais, presos pelas tendências íntimas que se encerram em sua contextura. O homem, como observador da Natureza, não pode conformar-se com o conhecimento empírico das coisas, restringindo-se somente aos recursos materiais, a experiência e experimentação. Ao apreender esse conhecimento empírico terá em vista um objetivo imediato, decorrente desse próprio conhecimento, sua aplicação. Jamais os recursos materiais o conduziram àquele objetivo; tornava-se imprescindível um conjunto de meios e modos capazes de assegurar tal empreendimento, a existência de um método. Sem isto, ficaria o homem privado de evoluir sua razão, porquanto jamais a teria coordenada e orientada. Nunca teríamos uma

ciência, porque aquilo que se poderia chamar de ciência, não passaria de uma coletânea de fatos observados, sem que atingisse uma proposição final, que se assentasse na observação, na hipótese e na verificação. Com muita propriedade, poderemos aceitar o pensamento de Alexandre Perieteanu: "Assim nenhuma ciência pode constituir-se exclusivamente com o material obtido pela observação, nem tampouco erigir-se integralmente com o auxílio da razão". (21) O conhecimento empírico deve ser assistido por um método, que o orientará, traçando o meio ou modo, pelo qual ele se processa de maneira que, transportado à esfera científica, não sofrerá mutilações, nem conterà inconsistências, capazes de afetar à própria precisão da ciência. O homem, quer como observador, quer como experimentador, terá a necessidade de sentir a natureza, ou fazer com que ela se faça sentir, conforme muito bem acentua Cuvier: "L'observateur écoute la nature; l'expérimentateur l'interroge et la force à se dévoiler". (22)

Contudo, quer o homem prefira sentir a espontaneidade da natureza ou a provoque, está sempre diante da dúvida. Sua razão, ante tal situação, poderá evoluir na apreciação dos fatos, mas sempre receosa de que ainda não alcançou uma real aproximação da verdade. Mais uma vez vem a lógica atender ao apelo do homem, orientando-o neste transe difícil, com um processo especialmente seu: — a indução. A lógica, ao defrontar com problema tão complexo, não pôde deixar de reconhecer a difícil concatenação dos fenômenos e seus efeitos. Extravazando este reconhecimento, dentro do próprio método indutivo, permite um desafogo da razão com o estabelecimento de um ponto de referência arbitrário: — a hipótese. A esse respeito o método indutivo foi bem liberal para com o homem, não permitindo que a sua observação se despersonalizasse ou obedecesse a uma padronização preestabelecida. Contudo, no sentido de salvaguardar o próprio homem, não deixou que o julgamento hipotético pairasse sobre si mesmo. A observação de uma série de fatos, comportando um teor de analogia, permitiu ao homem a formulação de uma hipótese sobre os mesmos, cuja veracidade e exatidão foi aferida à luz da experimentação. Inicialmente, o homem em sua vida contemplativa em relação à Natureza, observará os fatos extravazados em sua espontaneidade, ou provocados por ele mesmo, e, acumulando tudo que lhe é dado à observação, espontânea ou provocadamente, dentro de um comportamento análogo, formulará um julgamento hipotético, de caráter provisório. Somente depois da experimentação, com os recursos da abstração e da comparação, é que o conhecimento adquirirá caráter permanente e se incor-

(18) JOHN DEWEY — *Como pensamos* — apud João de Sousa Ferraz — Obra citada, pág. 262.

(19) Idem.

(20) Idem.

(21) ALEXANDRE PERIETEANU — *La Méthode Scientifique* — Paris, 1932. Alcan, 1 vol. in 16 de 264 pags. — pág. 21.

(22) KURT JOACHIM GRAU — Obra citada, página 153.

porará ao domínio científico, com a condição de princípio definitivamente firmado. A magnificência do método indutivo está contida em sua própria imparcialidade, fundamentada numa dúplici operação de natureza depuradora, condensada na abstração e na comparação. Estes dois comportamentos mentais são eficazes, porquanto um permite a desindividualização do fenômeno e o outro procura estabelecer as semelhanças, chegando até ao extremo da identidade. Dêste modo, transmite o conhecimento empírico para o campo científico, já completamente aparelhado, atingindo o clímax da própria ciência: — a imparcialidade. Este método tem sido o processo das transmutações do conhecimento empírico para o científico, mormente no campo das ciências naturais, ao passo que seu emprêgo deixa a desejar no campo das ciências sociais. Neste domínio, o emprêgo exclusivo do método indutivo pode-nos conduzir a absurdos alarmantes. Nunca poderia o homem empregar exclusivamente um só método, ainda mesmo o indutivo, na pesquisa dos fenômenos de ordem social. Esses fenômenos, como o do trabalho, são dotados de uma complexidade crescente.

No trabalho humano, há a considerar não só o próprio homem, como também o seu esforço. São dois elementos distinguíveis, que incidem nos fenômenos e de que participam; cada um deles encerrando sub-elementos, impenetráveis, por vezes, à luz da experiência ou da experimentação, feitas isoladamente. O grande objetivo da indução reside na generalização, condição por ela nem sempre alcançada no domínio dos fenômenos sociais. Poderíamos ter um fenômeno social, como o trabalho, sob certas e determinadas condições, que, submetido a observações, nos desse um comportamento uniforme até certo ponto, a partir do qual não saberíamos se a sua reprodução seria ou não, semelhante. A propósito não teremos dúvidas em seguir o pensamento lúcido e autorizado de Nogueira de Paula: "A indução preconizada por grande número de autores como sendo o método por excelência da Ciência Econômica, encontra de início a suspeita de não ver o seu escopo definitivo, que é a generalização final, exatamente, pelo motivo de não se poder afirmar com absoluta certeza que os fatos naturais obtidos até a enegésima observação impliquem na reprodução de fatos semelhantes, na enegésima primeira verificação realizada no grande laboratório da natureza humana e social". (23) A esta altura, restaria-nos indagar se a verificação dos fatos do trabalho e sua organização não ocorre também no grande laboratório da natureza humana e social. Por outro lado, contando a Economia com o Trabalho como um de seus elementos básicos, tudo nos leva a crer que a mesma ambiência persistirá, ainda mesmo que os analisemos distintamente. Se a Economia tem como finalidade

precípua a satisfação das necessidades humanas, natural se torna que ela envolva todos os elementos que são capazes de assegurar aquele escopo. De nada valeria à Economia a existência da Natureza, se, para retirar desta a matéria-prima e transformá-la em bens, não contasse com o concurso do trabalho. O problema da subsistência humana jamais seria solucionado, porquanto tudo permaneceria numa situação estática. Até mesmo o Capital, dentro de sua conceituação de acúmulo de riqueza, jamais se constituiria, sabido que é ele uma consequência da conjugação da Natureza e do Trabalho. Por aí se verifica o grande entrelaçamento que deve existir entre a Organização do Trabalho e a Economia. Já o próprio Black e Black, explicando o grau de afinidade entre as diversas formas de Organização e a Economia, assim se expressou:

"A utilização de recursos humanos e naturais também compreende um grande número de simples questões de combinação e reunião desses recursos, de maneira tal que eles funcionem com a máxima vantagem... Tomado, em conjunto, este último grupo de problemas, e outros similares e aparentados, constituem o que frequentemente se chama a ciência da organização ou algumas vezes organização e administração. Essa disciplina tem sido, por vezes, considerada como uma ciência distinta da economia; às vezes, chamada ciência dos negócios; às vezes, ligada a engenharia; e, ainda, outras vezes, adida à sociologia. Em suas fases aplicadas, ela tem muitas conexões. Seus princípios são fundamentais do problema de organizar todas as espécies de empresas, não somente industriais, comerciais e financeiras, como educacionais, governamentais, políticas e mesmo religiosas e militares. Por duas razões a organização e a administração são consideradas aqui como partes da ciência econômica. Primeira, porque elas representam a economia ou utilização de recursos com a maior vantagem. Segunda, porque elas frequentemente envolvem considerações sobre valor e preço". (24) Poderíamos sintetizar este grau de afinidade, dizendo que tanto a Economia como a Organização do Trabalho preside um vínculo comum: — o esforço humano. A generalidade do fenômeno do trabalho é tão marcante, que ele incide, desde a mínima parcela social — a família — até seu mais alto grau — a nação, — conforme considera Adam Smith no preâmbulo de suas Investigações sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações:

"O trabalho anual de cada nação é o fundo que a supre originariamente de todas as necessidades e conveniências da vida, que ela anualmente consome, e que consiste sempre ou do produto imediato desse trabalho, ou do que é comprado de outras nações, com aquele produto.

Por conseguinte, conforme esse produto, ou o que é comprado com ele, está em maior ou me-

(23) LUIZ NOGUEIRA DE PAULA — *Metodologia da Economia Política* — Rio de Janeiro, 1942. Irmãos Pongetti Editores, 1 vol. in 8.º de 243 págs. — pág. 181.

(24) JOHN D. BLACK e ALBERT G. BLACK — *Production Organisation* — apud E. H. Anderson e G. T. Schwenning — Obra citada, págs. 43 e 44.

nor proporção com o número daqueles que o consomem, a nação será melhor ou pior suprida de todas as necessidades e conveniências para as quais ela tem oportunidade.

Mas essa proporção deve ser regulada, em cada nação, por duas circunstâncias diferentes; primeira, pela habilidade, destreza e julgamento com que seu trabalho é geralmente aplicado; e, segunda, pela proporção dos que se empregam em trabalho útil e o dos que não se empregam em trabalho útil. Qualquer que seja o solo ou clima ou extensão de território de qualquer nação, a abundância ou escassez de seu suprimento anual deve, em cada situação particular, depender daquelas circunstâncias". (25) Por aqui vemos a generalização do problema do trabalho no campo social, tão preponderante quanto a da própria Economia. Foi neste mesmo ângulo que descontinhou Frederick W. Taylor a magnitude do problema, muito embora a seqüência do tempo o distanciasse de Adam Smith. Evoluiu a sociedade, mas a chave do problema da subsistência mundial continuou a gravitar em torno do rendimento do esforço humano. Nos tempos atuais, mais do que nunca se faz sentir a deficiência da Organização do Trabalho em face da própria evolução social. O homem não chegou a perceber a complexidade do problema no campo social, senão com as judiciosas considerações de Taylor, que assim se externava:

"O Presidente Theodore Roosevelt, dirigindo-se aos governadores da Casa Branca, profeticamente observou que a conservação de nossos recursos nacionais é somente uma preliminar da mais ampla questão da eficiência nacional". "Podemos ver nossas florestas desaparecendo; nossas cachoeiras desperdiçadas, nosso solo levado para o mar pelas correntes; e o fim de nosso carvão e de nosso ferro está à vista. Mas nossos maiores desperdícios de esforço humano, que ocorrem diariamente por aqueles de nossos atos que são errados, mal dirigidos ou ineficientes, e que Mr. Roosevelt refere como falta de eficiência nacional, são menos visíveis, menos tangíveis, e muito mais vagamente apreciados". (26) Ainda mesmo dentro da própria indutividade, temos de reconhecer quão frágil e periclitante é o seu emprêgo nos fenômenos do Trabalho, quando empregado isoladamente. Não só a complexidade do problema nos conduz à semelhante afirmação, como também a base do próprio método indutivo.

Fundamentando-se, exclusivamente, na observação dos fatos pela experiência ou pela experimentação, aí reside, na maioria das vezes, a sua impropriedade, em relação a fatos sociais, como é o caso da Organização do Trabalho.

Por vezes, são os obstáculos inerentes ao próprio meio, que não permitem uma experiência; por vezes, é a personalidade humana que reage ante uma experimentação, considerando tal como uma imposição que deprime a própria dignidade. Mesmo nas situações ideais, o comportamento do elemento humano difere de momento a momento, em que é observado. E' o próprio Adam Smith que tal confessa:

"Embora seja o trabalho a medida real do valor de troca de todas as utilidades, não é aquela pela qual esse valor é comumente estimado. E' freqüentemente difícil verificar a proporção entre duas quantidades diferentes de trabalho. O tempo gasto em duas espécies diferentes de obra nem sempre determinará, por si só, essa proporção. Os diferentes graus de asperezas suportadas e de inteligência empregada devem ser igualmente levados em conta.

Pode haver mais trabalho em uma hora de duro labor, do que em duas horas de difícil negócio; ou na aplicação de uma hora a um ofício cujo aprendizado durou dez anos, do que na labuta de um mês em um emprêgo comum e simples. Mas não é fácil encontrar uma medida exata nem da aspereza nem da engenhosidade. Em verdade, permutando as diferentes produções das diversas espécies de trabalho, uma por outra, alguma concessão é feita comumente a ambas. Isso é regulado, porém, não por uma medida exata, mas pelos regateios e barganhas do mercado, de acordo com aquela espécie de rude igualdade que embora não exata, é suficiente para levar a cabo os negócios da vida comum". (27) Certamente, isto poderá transparecer, como se estivéssemos argumentando com uma reliquia do passado, cujo valor atual não seria outro senão o histórico; mas, são muitos autores que na época de hoje ainda acompanham Adam Smith, a respeito da observação do trabalho para efeito de seu dimensionamento. Dentre estes tomaremos o depoimento autorizado de Dutton: "o trabalho humano seria uma medida mais exata do valor do ponto de vista humano, do que o ouro, se fôsse possível avaliar uma hora de trabalho de um homem em termos de uma hora de trabalho de outro homem. Mesmo isso só seria possível, se nós lidássemos somente com o trabalho físico". (28) E' possível que nos censure de um apêgo extremo à teoria do valor de Adam Smith, quando em verdade o intuito que nos leva a aceitá-la, não é senão de apontarmos as dificuldades, encontradas por ele dentro da própria observação do trabalho. E, se assim não fôr, os antecedentes da questão bem de perto nos mostram quão intrincada e difícil ela se torna. Falhara Petty ao tentar medir o valor do trabalho estabelecendo uma equação entre ele e o produto

(25) ADAM SMITH — *Inquiry into the Cause and Nature of the Wealth of Nations* — apud E. H. Anderson e G. T. Schwenning — Obra citada, págs. 46 e 47.

(26) FREDERIC WINSLOW TAYLOR — *The Principles of Scientific Management* — apud E. H. Anderson e G. T. Schwenning — Obra cit., págs. 47 e 48.

(27) ADAM SMITH — *Inquiry into the Cause and Nature of the Wealth of Nations* — apud E. H. Anderson e G. T. Schwenning — Obra citada, págs. 49 e 50.

(28) HENRY P. DUTTON — *Principles of Organization* — apud E. H. Anderson e G. T. Schwenning — Obra citada, pág. 50.

de uma área de terra definida, como também falaria Cantillon que igualmente tinha tentado medir o valor do trabalho, estabelecendo os diferenciais de salários, através do cômputo das diferenças entre o custo da produção e a manutenção dos empregados nas diferentes ocupações. Mais do que nunca, nesse terreno, faz-se sentir toda precaução do homem na aplicação do método indutivo no campo dos fenômenos sociais. Ela origina-se, sobretudo, da interpretação dos fatos, cuja observação, quer sob a forma de experiência ou experimentação, não tem de contornar certos obstáculos, que vêm na própria infra-estrutura social. A repercussão desta lacuna é bem grande, indo agravar a própria generalização. Atingido este ápice, fatalmente estará atingida a indução no seu todo, porque ela estará prejudicada em sua finalidade precípua. Ainda com relação às reservas que se devem ter para com o método indutivo no estudo de fenômenos de ordem social, não podemos descurar do possível desmoronamento da generalização ante a própria experimentação. Nunca poderemos estar certos dos efeitos oriundos de uma determinada causa, se não estivermos perfeitamente certos de que ela age com exclusividade. Não desconhecemos, entretanto, que, no campo social, o que nos é dado a observar hoje, é sempre oriundo de uma causa, que pela própria evolução, vem acrescida pela superposição de outras. Os fenômenos de ordem social, quanto à sua natureza causal, estão sempre sujeitos às estratificações mais variadas, de cuja sedimentação o tempo se encarrega. Isso é que acarreta o maior dos obstáculos, dentro do próprio método indutivo. Atendendo para tão complexo e magno problema, é que não duvidaremos em acolher a ponderada e judiciosa observação de Pierson sobre o emprego do método indutivo, num dos prismas do conhecimento social: "Para determinar os efeitos de uma causa por meio da observação, necessário é estar absolutamente seguro de que esta causa particular age sozinha; o método indutivo, exige, portanto, que se recorra a precauções especiais, e estas, infelizmente, não podem ser tomadas no domínio econômico". (29) Diante dessa imprevidência, estaria o homem sempre sujeito a surpresas, que extinguiria a pretensa generalização, por uma situação que estaria vinculada a intensidade diferente, segundo a ação dos elementos estratificados na causa. Reconheceu, em tempo, Poincaré esta lacuna, pelo que, assim se expressou: "Graças à generalização, cada fato observado faz-nos prever um grande número de outros, entretanto, não devemos esquecer que só o primeiro é certo, e que todos os demais são prováveis. Se nos dispusermos a verificar uma previsão por mais solidamente assentada quanto nos pareça, jamais estaremos absolutamente seguros

de que a experiência não a desmentirá". (30) E, então, estaria o homem no domínio da probabilidade, isto é, diante de uma situação provável; e, muito embora estivesse redimido e afastado da dúvida, ainda estaria enleado à situação de possibilidade, que teria mais razões a seu favor do que contra. Estaria, na tradicional dialética de Aristóteles, vaticinando mais uma vez seu tradicional conceito: "A filosofia conhece a verdade, a dialética tenta conhecê-la, o sofisma simula-a". (31) A probabilidade é oriunda de um imperativo de opinião. O homem, usando de sua observação nos estudos dos fenômenos sociais, teria sempre uma necessidade imperiosa: — a opinião final, acerca do fato observado, condensado naquilo comumente denominado de generalização. E, do contrário, permaneceria a ciência estagnada, porque o homem se desinteressaria do futuro, antevisto pela previsão e fruto exclusivo da generalização. A ciência, a par do aspecto filosófico, deve também encerrar o social, aglutinando quanto possível um teor prático às suas realizações. A probabilidade, melhor do que qualquer outro fator, o encerra visceralmente. E quando tal não bastasse, mais uma vez não teríamos dúvidas em apelar-nos para a clarividência do juízo de Poincaré: "Mas a probabilidade é, geralmente, suficiente para nos contentar na prática. Vale mais prever, sem certeza, do que não prever de todo. Nunca se deve perder a oportunidade de fazer uma verificação, cada vez que se nos apresenta a ocasião. Mas toda a experiência é longa e difícil; pouco numerosos os pesquisadores; e, o número de fatos que precisamos prever é imenso. Em relação a essa massa, o número de verificações diretas, que poderíamos fazer, nunca deixará de ser apenas uma quantidade desprezível. E' preciso tirar o melhor partido do pouco que podemos atingir diretamente. E' preciso que cada experiência nos permita maior número possível de previsões, e com o mais alto grau de probabilidade que se puder. O problema consiste, por assim dizer, em aumentar o rendimento da máquina científica". (32)

Em relação ao estudo do trabalho humano, tal estado de coisas se verificou. Por vezes, Taylor viu frustradas várias de suas pesquisas e tentativas minuciosas. Preliminarmente, segundo A. Drury e Frank Watts, tentara a generalização da eficiência do trabalho, pela melhoria do salário. Achava Taylor que a reforma do salário conduziria o operário a uma iniciativa bem mais apurada, induzindo-o tacitamente ao maior rendimento. Através de suas observações concluiu por uma hipótese: — de que faltava um estímulo, que imprimisse ao operário a noção de que, pro-

(29) N. G. PIERSON — *Traité d'Economie Politique* — Tradução francesa de Louis Surret — Paris, 1916. Marcel Giard — 2 vols. in 8.º V. I, pág. 40.

(30) HENRI POINCARÉ — *La Science e l'Hypothese* — Paris, 1932. Flammarion. — I vol. in 16 de 290 págs. — pág. 171.

(31) ESTEVÃO CRUZ — *Compêndio de Filosofia* — Porto Alegre, 1946. Livraria do Globo — 1 vol. in 8.º de 640 págs. — pág. 394.

(32) HENRI POINCARÉ — Obra citada, pág. 171.

duzindo mais, estaria ganhando muito mais. Levada aquela hipótese para o campo da experimentação, não se confirmou, como não poderia confirmar-se. Taylor, então, compreendeu que encetara o caminho, tendo em vista o elemento humano, e que este era por demais complexo em sua contextura não só individual, como também das relações com o meio social. Ora norteia-lhe o pensamento a tradição, que lhe aponta o "modus-vivendi" já concatenado naquela base de salário, achando indiferente o maior ou menor aumento; ora coliga o pensamento à própria instrução. o que não permite um alcance, de pronto, na economia coletiva e na alta do padrão de vida, em face da maior quantidade produzida. Enfim, é também a imitação, que o desracionaliza, afagando-o nas doçuras dos instintos e dos hábitos mais cômodos. Em resumo, é o aspecto social do problema que não permite uma generalização ante um elemento tão exterior, quando existem aglutinados outros interiores de ordem mais complexa. Não poderia Taylor prosseguir o estudo da organização do trabalho, desaparecendo-se do elemento humano, porquanto nêle é que residiam as ações que constituíam o objeto daquela. Por outro lado, tal critério não seria observado, se Taylor não se apegasse àquelas ações, que, por eliminação, eram os únicos elementos existentes. Eliminado o homem e o trabalho, nada restaria ao estudo... Já abandonado parcialmente o homem, não por sua ineficiência, mas pela complexidade de seu íntimo, restava-lhe o trabalho. E em torno de tão palpitante fato, vale-nos o testemunho de Leon Walther: "A segunda (fase) denota certo abandono dos processos da primeira, e a concentração de todas as forças no estudo do modo pelo qual o operário empreende o próprio trabalho."

Esta análise provoca a reorganização fundamental de todo o funcionamento da fábrica, introduz o princípio da divisão do trabalho, tanto nas oficinas como nos escritórios. E' a terceira fase". (33) A primeira fase dos estudos de Taylor assentara-se na observação de um fato assaz complexo, processada, todavia, de maneira um tanto superficial. Aliás é o próprio Taylor quem a descreve em "Direction des Ateliers", da seguinte maneira: "Certa peça tipo, de aço forjado, vinha sendo feita, desde muitos anos, à razão de quatro ou cinco por dia, pelo sistema comum por peças; pagava-se 2,50 frs. de mão-de-obra por unidade. Depois de se ter analisado o trabalho, e determinado o tempo mínimo exigido pela fabricação de uma peça, o autor se convenceu de que lhe seria possível fazer dez peças por dia... Desde então, tendo previamente mostrado aos operários a possibilidade de fabricar estas dez peças e o modo por que deviam agir para obter tal resultado, ele fixou em 1,75 em vez de 2,50 o preço de cada um, com o salário de 17,50 frs. (em lugar de 12,50 frs. que recebiam trabalhando à razão de 5 peças 2,50 frs. por dia); em compensação cada

peça não seria paga senão a 1,25 frs. se o operário fabricasse menos de 10. Desde o dia em que pela primeira vez se fizeram dez peças, até hoje, isto é, durante um período de dez anos, os operários que compreenderam o seu trabalho, apenas um dia deixaram de fabricar tal número". (34)

Verifica-se pelo que se vem expondo, que mesmo na hipótese de ainda hoje permanecer esta premissa formulada por Taylor, ela nunca seria uma generalização, porquanto, conforme ele mesmo confessa, tudo assim se passou entre aqueles operários que compreenderam o seu trabalho. Os outros, se a tal estado não chegaram, não foi só pelo fato de não terem compreendido o seu trabalho, mas pelas razões já anteriormente apontadas. Nunca poderia o fator tempo ser tomado como o responsável por esse estado de generalização, mesmo que se tivesse, atingido em dez anos, a eficiência ideal.

A esta altura cabe uma observação muito ponderada e judiciosa de Alceu Amoroso Lima acerca da habitualidade no trabalho: "O trabalho é um esforço continuado, normal, concentrado. E' uma atividade adquirida que vem somar-se às atividades recebidas. E' um novo modo de ser que incorporamos à nossa natureza e ao qual aplicamos grande parte de nossa vida. Um esforço accidental é apenas um elemento de trabalho. O ócio, negação do trabalho, é feito por vezes de destroços ou de materiais do próprio trabalho. Este, porém, por natureza, assim como exige a liberdade e a racionalidade, exige a habitualidade."

Livre, racional, habitual — eis o que deve possuir o esforço humano para que, rigorosamente, possamos enquadrá-lo entre as atividades operárias. Livre e não impôsto. Racional e não desordenado. Habitual e não accidental. O trabalho supõe o homem independente. O homem mentalmente sadio. O homem aplicado ao seu esforço. Não trabalha quem se mata na tarefa por pura imposição alheia. Pena. Não trabalha quem se mexe muito como um louco. Agita-se. Não trabalha quem se ocupa em atividades dispersas e accidentais. O trabalho é parecido com tudo isso. Terá elementos de cada uma dessas formas de exteriorização de forças íntimas. Mas não é nada disso. E' um esforço livre, racional e habitual". (35)

A simples instituição da "tarifa diferencial" poderia transparecer como realmente o foi: — uma imposição ao operário. Desta situação não poderiam advir os efeitos esperados, porquanto, embora havendo habitualidade, ela falharia em virtude da ausência de liberdade, que também agiria em detrimento da própria razão. E' uma questão de somente dar tempo ao tempo. O cataclítico das reações de ordem social, mais uma vez

(34) FREDECIC WINSLOW TAYLOR — *Direction des ateliers* — apud Leon Walther — Obra citada, pág. 34.

(35) ALCEU AMOROSO LIMA — Obra citada, página 50.

(33) LEON WALTHER — Obra citada, pág. 33.

se fêz sentir, cerca de 12 anos mais tarde, quando o próprio Taylor já se convencia do desmoronamento da generalização de sua premissa, conforme o relata Leon Walther: "Mas Taylor logo teve que verificar que apenas a introdução da "tarifa diferencial" não conseguia grande coisa. Em junho de 1903, êle apresenta, sob a forma de conferência, à Sociedade Americana de Engenheiros, novo trabalho intitulado "Shop Management" (Direção das Oficinas). Esta obra, resumo dos esforços e resultados por êle obtidos de 1895 a 1903, marca a segunda fase de desenvolvimento do seu sistema. Êle não insiste sobre a "tarifa diferencial". Toda a sua atenção é solicitada para o melhoramento das condições de trabalho, e para métodos de normalização. Em primeiro lugar, cita a normalização ou aferição dos instrumentos. Cita o melhoramento que pode obter na construção das máquinas, graças ao estudo por êle empreendido na Midvale Steel Company. Êstes estudos o levaram a verificação do rendimento desigual das diferentes máquinas do mesmo gênero e rendimento de um mesmo operário, trabalhando em condições diversas (ar, ruído das máquinas, o instrumento, a matéria-prima). Essa verificação o convenceu de que era preciso, antes de tudo, passar a normalização dos instrumentos, por meio da pesquisa de norma ótima do ponto de vista de rendimento da máquina ou ferramenta. Eis a questão mais importante. O salário torna-se de importância secundária.

E' então que Taylor insiste sobre a divisão sistemática do trabalho. Essa divisão tanto diz respeito à máquina, como ao operário. No primeiro caso, trata-se de agrupar as máquinas de tal modo que a peça a ser feita seja deslocada tanto menos quanto possível, isto é, percorra o menor caminho. Trata-se de calcular, de antemão, o tempo da passagem da peça em elaboração, de uma máquina para outra. No segundo caso, tem-se que encarar a questão do próprio operário". (36) Observa-se nesta conduta de Taylor a grande necessidade que sentiu, de mudar a orientação de suas observações, a fim de que elas, num campo mais seguro, permitissem melhor indução.

E, em face não só da complexidade humana como de seu próprio trabalho, sentiu mais do que nunca uma necessidade premente de dividir êste, a fim de que suas observações o induzissem a formulação de hipóteses mais seguras e perenes, pela verificação experimental. E, quando mais não fôra, a insistência de Taylor numa divisão sistemática do trabalho era a única maneira pela qual êle via dirimida a própria complexidade do trabalho, numa decomposição em fatores simples e elementares. Através da divisão do trabalho, consegue não só a cronometragem dos tempos elementares, como também dos movimentos. Elimina os movimentos inúteis com a eliminação consequente dos tempos inúteis. Neste afã vai êle

enveredando por uma indutividade positiva, que conta com um adicional preponderante, na constatação de um índice, para os tempos e de outro, para os movimentos. E porque não dizemos, associa à indução um tipo de investigação analítica, com apoio na Estatística.

E' êste justamente o caminho que a lógica aponta ao homem para a penetração na intrincada complexidade dos fenômenos sociais. Aliás, êsse tipo de investigação analítica é inerente à razão e compatível com o fenômeno. Na situação de Taylor, não haveria outra compatibilidade, senão com a Estatística, porquanto esta permitiria deduzir de uma massa de tempos e de movimentos observados, valores índices, que fatalmente conduziriam a formulação de uma hipótese mais segura.

Adam Smith embora precedesse a Taylor, sentia bem de perto a complexidade dos fenômenos sociais. Em relação ao próprio trabalho, o primeiro conceituava-o como sendo a principal causa da riqueza nacional, chegando à conclusão de que esta dependia da "agilidade, destreza e julgamento com que o trabalho é aplicado", o segundo também se empenhava na mesma causa, reconhecendo que a debilitação da riqueza nacional estava nos "errôneos", mal dirigidos ou ineficientes atos cotidianos de esforço humano". Como se vê, dois pensamentos distanciados por pouco mais de um século, propugnavam por uma mesma causa caminhando para um objetivo comum, que seria o aperfeiçoamento das forças produtivas.

Aumentar a destreza e a agilidade de Smith corresponderia à diminuição dos desperdícios de Taylor. A causa da riqueza, para ambos, era única e exclusiva: — o trabalho. Em torno do aperfeiçoamento dêste, é que seriam obtidos os melhores e mais convincentes efeitos. Ambos, embora bem distanciados, concluíram através da indução, que haveria um único princípio capaz de assegurar os resultados ideais: — o da divisão do trabalho. O fato social de Adam Smith era o de Taylor, porquanto, embora fôsse observado em épocas e lugares diferentes, girava em torno de uma mesma causa, produzindo os mesmos efeitos. Haveria, por assim dizer, uma relação de coexistência e sucessão, entre dois fatos sociais, observados em épocas diferentes.

Entretanto, estas relações, embora produzindo modificações visíveis, no estado econômico social, não apresentavam a suscetibilidade de apreciação quantitativa. E, mesmo quando Smith tentou medi-las, verificou quão grande e complexa era a questão, confessando "não é fácil encontrar qualquer medida exata de aspereza e engenhosidade". Êste ponto foi aquêle em que culminou a desistência de Smith, de resolver o problema da medição do fator trabalho e a adoção do valor de troca, como medida útil.

Encontraram grandes dificuldades os seus sucessores, quando enveredaram pelo terreno da mensurabilidade do trabalho, expressando-se a respeito, com muito espírito, Black: "Se nós pûdessemos presumir que um esforço individual era

(36) LEON WALTHER — Obra citada, págs. 34 e 35.

uma quantidade fixa, o problema seria resolvido admitindo o indivíduo como elemento fixo e aplicando a êle quantidades fixas de outros elementos: — terra, trabalho, equipamento, etc.”. (37)

Taylor obstaria a eficiência de seu raciocínio indutivo, se a êste não adicionasse mais um processo metodológico, além da Estatística. Era necessário auscultar bem de perto aquelas relações de coexistência e sucessão do fato social, antes de mais nada, por uma apreciação de ordem descritiva. E, com êsse objetivo, é que, na sua indução, adicionou um processo metodológico: — a História. Eram os fatores próprios da sucessão e da coexistência de fatos sociais observados, que até então não apresentavam a suscetibilidade de apreciação quantitativa, reclamando uma apreciação de ordem puramente narrativa, capaz de esclarecer todos os possíveis embaraços, que se apresentaram em outra época ao preclaro raciocínio indutivo de Adam Smith. Essa providencial adição não só permitiu a Taylor maiores vantagens

na divisão do trabalho, como até mesmo a sua medição.

Em resumo, vemos dois homens que, embora vivendo em épocas diferentes, observaram um mesmo fenômeno que coexistiu e se relacionou, ainda que o próprio tempo estabelecesse entre êles um óbice considerável. Mas, se Taylor persistisse, naquela indução pura, sem os auxílios complementares dos processos metodológicos, talvez não só o atributo da causa como a reciprocidade dos efeitos, e a investigação correlata, tivessem divergido grandemente. E, ainda, mesmo que a Estatística não se denunciasses por si própria, seguir-se-ia uma consequência inevitável. A História como corolário dela, o faria, dando o seu testemunho ao advento da divisão do trabalho, consoante o pensamento do Deão Kimball: “nunca anteriormente na história da humanidade foi tão universalmente reconhecido que o bem-estar físico, moral e mental repousam exclusivamente sobre o trabalho”. (38)

(continua)

(37) JOHN D. BLACK — *Production Organization* — apud E. H. Anderson e G. T. Schwenning — Obra citada, pág. 52.

(38) DEXTER S. KIMBALL — *Principles of Industrial Organization* — apud E. H. Anderson e G. T. Schwenning — Obra citada, pág. 49.